

Coluna do Castello

A posse de Sarney

DE assessores presidenciais ao Governador Leonel Brizola, passando por líderes da importância dos Srs Aureliano Chaves, Hélio Garcia e Franco Montoro, registra-se a concordância de que está maduro, e de que não pode correr o risco de passar do ponto, o momento de o sr José Sarney tomar nas mãos as rédeas do Governo e assumir, de fato, o lugar que parece ocupar ainda meio constrangidamente. O momento ideal deve situar-se entre o anúncio do resultado das eleições de 15 de novembro e o início do próximo ano.

Dezembro e janeiro são meses em que os brasileiros costumam aproveitar para trabalhar menos, gozar férias e se preparar para o carnaval — pelo menos os brasileiros que têm emprego e algum dinheiro no bolso. O sr Sarney, que tem dado o exemplo de cumprir o expediente em feriados e pontos facultativos, deve aproveitar os 60 dias para reformar parte de sua equipe e detonar uma série de providências urgentes. Esperar para depois pode convencer o país, em definitivo, de que não há comando em Brasília, e empurrá-lo na direção de um futuro incerto.

O período de luto pela morte do Presidente Tancredo Neves acabou há muito tempo, o que não quer dizer que sua memória deva ser desprezada, nem que seu legado possa ser esquecido. Se produzir o gesto de afirmação que tantos esperam e desejam, o sr Sarney já o fará com bastante atraso mas ainda, certamente, com condições de imprimir alguma marca à sua passagem pela Presidência da República, e de contribuir mais eficazmente para que o país possa atravessar o atoleiro de tantas crises. Trata-se de um dever irrecusável, do qual o sr Sarney não deverá escapular.

O gesto, que marcaria a entrada de um novo ano e o início, de fato, de um novo Governo, nada tem a ver com o murro que o Presidente deu na mesa na semana passada, ao exigir que as lideranças no Congresso respeitassem o acordo firmado com os chefes militares para a votação da proposta de anistia. O murro não foi nem é prenúncio do gesto — o murro foi mais uma colisão do Presidente com a mesa, sob a sombra dos ministros militares dispostos até a renunciarem se o acordo não fosse cumprido. O prenúncio do gesto pode estar na reunião de ontem do Conselho Político.

Diante dos líderes do PMDB e do Partido da Frente Liberal, o sr Sarney declarou que o Governo, doravante, só será solidário com os parlamentares que forem solidários com ele, e exigiu: "Quem está comigo, se manifeste. Quem não estiver, que também se manifeste". Dê-se ao Presidente o crédito de que ele insinuou o gesto, não produziu uma bravata ao estilo do

General Figueiredo, que ameaçou prender e arrebeitar os inimigos da redemocratização e escutou, sem nada fazer, o estrondo da bomba do Riocentro. De resto, o sr Sarney sabe quem está e quem não está com ele.

Um pouco de retórica não faz mal — no caso, fará se não for acompanhada de atos concretos e inteligentes. Com seis meses de exercício do cargo, descontados aí os trinta e poucos dias de agonia do Presidente Tancredo Neves, o sr Sarney já teve tempo suficiente para diagnosticar os males que transformaram o seu Governo em uma expectativa de governo — uma expectativa que começa a irritar até mesmo aliados incondicionais do Presidente, que torcem pelo sucesso da sua administração. O sr Sarney emite sinais de que os principais males estão identificados.

O emperramento da máquina administrativa é um deles. O Presidente coleciona dissabores ao constatar que ordens disparadas diretamente por ele custam a ser cumpridas — quando chegam a ser cumpridas. Multiplicam-se as queixas de governadores sobre verbas que, liberadas, se perdem no meio do caminho entre ministérios e autarquias. Se não dispõe de canais eficientes de comunicação e de entrosamento com o Congresso, o Governo se ressentido, também, de uma competente articulação a nível interno, o que leva ministros a não se entenderem e tarefas ficarem pela metade.

A gestão Sarney, até aqui é uma promessa de governo que não definiu uma política de geração de empregos, que não possui uma política salarial, que imagina poder empurrar indefinidamente o equacionamento do pagamento dos juros da dívida, e que se agarrou à idéia de um pacto social que, como a Conceição, ninguém sabe, ninguém viu. Os programas sociais, alardeados como o signo a orientar os passos do Governo, não deslancharam. A reforma agrária virou um tigre de papel. A corrupção não sofreu um tranco forte.

A decisão de assumir com desassombro o lugar que o destino lhe reservou passa a ser uma questão de sobrevivência política para o Presidente da República. Salvo se o sr Sarney não se incomodar em ir mais cedo para casa, atropelado pelo encurtamento do seu mandato, e não se preocupar com o julgamento da história. Admita-se que, certamente, o sr Sarney se incomoda e se preocupa — menos, no caso, com a sua imagem, e mais com o futuro do país. O esboço do gesto, que estaria por vir, alimenta esperanças.

Trunfos

Guarda o ex-Presidente Jânio Quadros alguns trunfos para a reta final da campanha. Os Ministros Aureliano Chaves e Olavo Setúbal gravarão depoimentos pedindo votos para ele.

Ricardo Noblat
(Interino)